



A dupla ausência da docência feminina negra e os impactos das ações afirmativas em cursos de pós-graduação*

The double black female absence and the impacts of affirmative action in graduate courses

Tainah Mota do Nascimento¹

Marizete Lucini²

Carla Meinerz³

Resumo: O artigo problematiza o tema dos impactos das políticas afirmativas de recorte racial na docência experienciada em nível de pós-graduação do Brasil. Objetiva apresentar revisão de literatura resultante de investigação em andamento no âmbito do Doutorado em Educação. Aborda as pedagogias *de e em* resistência produzidas pelas *subjetividades desestabilizadoras* de professoras negras frente ao pacto narcísico da branquitude no espaço docente do Ensino Superior, especificamente da pós-graduação, construindo uma triangulação de dados articulada com trajetórias de docentes negras na pós-graduação do Rio Grande do Sul e Sergipe, nos últimos 10 anos, considerando os impactos da década de existência da Lei 12.711/2012. Conclui-se que, no caso da docência na pós-graduação a pouca presença feminina negra, é desafio e limite da implementação das ações afirmativas no Brasil.

Palavras-chave: Doutoradas negras. Pós-graduação. Branquitude. Ação-afirmativa.

Abstract: The article problematizes the issue of the impacts of affirmative policies on racial cut inexperienced teaching at the graduate level in Brazil. Aims to present a review of literature resulting from ongoing research in the scope of the Doctorate in Education. It addresses the pedagogies of, and resistance produced by the destabilizing subjectivities of black teachers facing the narcissistic pact of whiteness in the teaching space of Higher Education, specifically University, building a data triangulation articulated with trajectories of black teachers in the graduate school of Rio Grande do Sul and Sergipe, in the last 10 years, considering the impacts of the decade of existence of Law 12.711/2012. It is concluded that, in the case of teaching at graduate school, the low presence of black women is a challenge and a limit to the implementation of affirmative action in Brazil.

Keywords: Black doctors. Postgraduate. Whiteness. Affirmative action.

¹ Doutoranda em Educação pela UFRGS, vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Humanidades. Pesquisadora associada à ABPN. Pesquisadora no Grupo de Pesquisas Educação das Relações étnico-Raciais e ações educativas das pessoas negras no Sul: impactos no ensino, pesquisa e extensão e no Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade e Cidadania – UNISINOS. E-mail: tainahmottanascimento@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8327-3930>.

² Docente no Departamento de Educação da UFS e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Núcleo UFS. É líder do Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade desde 2017, orienta pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado nos campos do Ensino de História, da Educação do Campo, da Educação das Relações Étnico-Raciais, da Educação Decolonial, da Educação Popular e da Cultura Popular. E-mail: marizete@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1532-8968>.

³ Docente do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Membro do NEAB/UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisas Educação das Relações étnico-Raciais e ações educativas das pessoas negras no Sul: impactos no ensino, pesquisa e extensão. E-mail: carlameinerz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9270-8705>.

* Artigo recebido em 30 de outubro de 2024. Aceito para publicação em 19 de dezembro de 2024.

Sonhamos coisas que existirão, ainda que sempre duvidem: para introduzir

Há sede de verdade,
Esse ardor pelo espaço usurpado
E nervos
sem declinar de qualquer sentimento gentil
salvo a palavra bruta.
Tudo que transporta o ar,
nós revelamos.
Sonhamos coisas que existirão,
ainda que você sempre duvide.

Paulo Colina

O poeta Paulo Colina inspira essa escrita na justa medida em que aposta no sonho mais do que na situação concreta investigada, pois este estudo apresenta os passos iniciais da revisão de literatura realizada no âmbito do Doutorado em Educação⁴, acerca da pouca presença de mulheres negras na pós-graduação no Brasil. O estudo se contextualiza numa investigação maior, que aborda as pedagogias *de* e *em* resistência produzidas pelas *subjetividades desestabilizadoras* de professoras negras frente ao pacto narcísico da branquitude no espaço docente do Ensino Superior, especificamente da pós-graduação. Para atingir essa meta maior, produziremos dados que unem as mulheres do Sul e do Nordeste do Brasil, construindo uma triangulação que articula trajetórias de docentes femininas negras na pós-graduação do Rio Grande do Sul e de Sergipe⁵, nos últimos 10 anos. Pensamos em tal recorde temporal, considerando os impactos da existência da Lei 12.711/2012, que em agosto de 2022, completou uma década.

Tal inter-relação não significa uma presença aceita, pois, a branquitude e o racismo criam movimentos de expulsão que exigem a luta cotidiana por acesso, permanência, conhecimento e reconhecimento. Mulheres negras, quando em posição de destaque acadêmico, como é o caso desse estudo, precisam de estratégias pessoais e institucionais para ocupar espaços. Tais estratégias levam ao que chamamos de pedagogias *em* e *de* resistência, instituintes de *imagens desestabilizadas* (Gomes, 2017). Nas palavras de Beatriz Nascimento:

[...] Esse projeto é difícil. É um desafio. Este desafio, aceitei-o totalmente a partir do momento em que um intelectual branco me disse que era mais preto do que eu. Foi para mim a afirmação mais mistificadora, mais sofisticada e mais desafiadora (Nascimento, 2021, p. 45).

⁴ Pesquisa é realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

⁵ A justificativa pelos dois Estados se dá pela contradição: por um lado, o Rio Grande do Sul, com o menor índice de população negra do país, apresentou, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2016, mais docentes negras do que Sergipe, cuja população negra representa quase que 80%, mas que, não contava com nenhuma professora doutora negra na pós-graduação, de acordo com o Censo.

Um projeto difícil porque a branquitude ressignifica o racismo constantemente, destacadamente no que hoje conceitua-se como racismo institucional (Almeida, 2018). Ressignificação que atua numa espécie de sabotagem das políticas públicas conquistadas no âmbito do combate ao racismo, principalmente no campo da reparação pretendida com as ações afirmativas. Essas, as entendemos como resultantes de movimentos consolidados historicamente, através das demandas sociais forjadas por mãos negras organizadas em movimentos sociais articulados de forma global, a partir do final do século XX. Suas representações foram determinantes no Programa de Ações da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida em 2001 pela Organização das Nações Unidas. As ações afirmativas, apesar dos enfrentamentos necessários para sua permanência, rompem com o acordo tácito da branquitude de se manter em espaços de poder nas estruturas econômicas e instituições políticas ou sociais.

Nesse contexto, a branquitude é caracterizada como um lugar de privilégio racial, econômico, político, onde a racialidade não é nomeada como tal, carrega valores e experiências que acabam pautando e definindo a sociedade e suas instituições. Se mostra então, como uma posição em que os sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que tange ao acesso a recursos simbólicos e materiais, fabricados intencionalmente pelo imperialismo e colonialismo e que permanecem preservados na contemporaneidade (Shucman, 2015).

Na manutenção dos privilégios da branquitude, atua um acordo tácito que se sustenta, entre outros mecanismos, no pacto narcísico, como definido por Bento (2002), que implica na negação do racismo, objetivando a manutenção dos privilégios raciais das pessoas brancas. Assim, a presença de docentes negras na pós-graduação fulgura como *subjetividades desestabilizadoras*, justamente aquelas que se fazem “[...] na passagem da situação atual e real para o possível e necessário” (GOMES, 2017, p. 125), ou para o sonho como nos suscita o poeta.

Por *subjetividade desestabilizadora*, na esteira de Gomes (2017), compreendemos como aquela que difere e se opõe radicalmente da simplificada, pois desvia do conformismo frente ao racismo para a “[...] subversão, superação do mesmo e para a construção de políticas de igualdade racial”. (Gomes, 2017, p. 130). Nessa perspectiva, objetiva-se identificar em que medida a subjetividade desestabilizadora de professoras negras possibilita a construção de um projeto educativo emancipatório, fundamentando-se na recuperação da nossa capacidade de indignação frente ao racismo.

Uma hipótese balizada no processo investigativo trata do fato de que a presença de mulheres negras em espaços de docência/pesquisa na pós-graduação, como ato em si, gera *imagens desestabilizadoras* no campo acadêmico marcado pela bran-

quitude. Igualmente destaca-se como hipótese coadunada à observação da falta de equidade racial nesse espaço de poder intelectual que é a pós-graduação, onde uma dupla ausência é reafirmada: a de gênero – feminino, e a de raça/cor – negra.

Existências categorizadas na ausência: professoras negras na pós-graduação brasileira

Do vazio surge a energia que dá sustento e impulsiona a existência, fluindo dos contrastes entre a alegria de viver e o dilaceramento de ter o direito à vida de cidadão negado. Energia que impulsiona na busca de conhecer o passado africano antes da escravidão, no esforço para mudar a condição do presente de marginalização e construir o futuro em real libertação. Estamos sempre nos movimentando [...].
(Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva)

No intuito de encontrar produções acadêmicas que reflitam sobre a docência feminina negra na pós-graduação, percorremos os repositórios digitais, especificamente Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Portal Google Acadêmico, a partir dos indexadores “*professoras negras na pós-graduação*” e “*doutoras negras*”. Após uma leitura inicial dos resultados, que contemplaram mais o indexador “*professoras negras*”, constatou-se que boa parte das pesquisas abordavam a docência negra na educação básica e os trabalhos a respeito do ensino superior, não indicando a pós-graduação como lócus de pesquisa.

Registramos que 9 publicações foram localizadas no período dos últimos dez anos e demonstram se aproximar das intenções de pesquisa do projeto de tese, na medida em que abordam a inserção de professoras negras doutoras no Ensino Superior brasileiro⁶. Convém sublinhar que duas destas publicações, não possuem a divulgação autorizada, mas foi possível solicitar acesso a uma delas, a dissertação de Letícia Laureano dos Santos, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle de Canoas/RS⁷.

O primeiro trabalho que acessamos, propôs-se a compreender o processo de construção das identidades docentes negras através das histórias de vida e influências da educação de pessoas negras doutoras que hoje são referências para as discussões étnico-raciais no Brasil, de autoria da pesquisadora Maria da Conceição dos Reis. É uma Tese de Doutorado, defendida em 2012 no Programa de

⁶ Na exposição do conteúdo dos trabalhos encontrados, optamos por comentar os resultados por ano de publicação, desconsiderando o tipo da publicação, pois todos os trabalhos resultam de pesquisas realizadas e contribuem sobremaneira com as reflexões de nossa proposta de pesquisa.

⁷ O responsável pelo Repositório Institucional, ao compartilhar o trabalho via e-mail, informou da possibilidade de consultar, citar e referenciar a obra, mas solicitou o não compartilhamento do documento.

Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco sob o título *Educação, identidade e história de vida de pessoas negras doutoras do Brasil*, que objetivou analisar como a afirmação política de pessoas negras doutoras foi consolidada e contribuiu para ressignificar e fortalecer a vida da população negra.

Machismo e racismo, sobretudo no âmbito da pós-graduação, delineiam e influenciam o desempenho acadêmico e a empregabilidade de mulheres negras. Reis (2012), através da história oral, enquanto caminho metodológico percorrido ao encontro de memórias e histórias, individuais e coletivas, demonstrou que o acesso ao curso de doutorado no Brasil também tem cor, mas que a despeito dos obstáculos, foi possível encontrar pessoas que além de ultrapassar as disparidades de acesso à educação e sucesso escolar, ainda se tornaram referência nos estudos da temática étnico-racial.

Nas indicações das entrevistas por Reis (2012), vislumbramos indícios do que denominamos como *imagens desestabilizadoras*, conceito que possibilita o desenvolvimento de uma postura de inconformismo, uma certa capacidade de indignação capaz de confrontar os modelos hegemônicos de produção de conhecimentos, fazendo com que possa emergir uma forma mais igualitária de apreender o mundo e um outro tipo de relacionamento entre saberes e epistemologias que contemplam a diversidade dos grupos sociais (Gomes, 2017).

Com um título carregado de intensidade e simbologia, inserido no debate de experiências na docência negra, a tese *Docência negra em Pelotas: um constante reinterpretar de silêncios*, de Olga Maria Lima Pereira, defendida em 2014, buscou, através das vozes presentes no discurso de docentes negros e negras de diversas redes de ensino de Pelotas/RS, desvelar as estratégias utilizadas pelo discurso do silenciamento que persiste em defender a ideia de igualdade de condições entre as pessoas independentemente da cor da pele.

Além de demonstrar como os docentes participantes da pesquisa estão reagindo para quebrar o silêncio que permanece submetendo-os a situações embaraçosas, contribuir para a construção de um novo olhar a respeito do preconceito racial na cidade de Pelotas, foi objetivo central da pesquisa. Os depoimentos examinados pela autora evidenciaram o quanto os professores negros de Pelotas sofreram e continuam sofrendo constrangimentos advindos da cor de sua pele. O estudo demonstrou também que a luta cotidiana desses docentes contra o racismo persiste e é nesse sentido que o trabalho se mostra como uma forma de luta “[...] pela quebra do silêncio que persiste em anular o papel do negro na história”. (Pereira, 2014, p. 21).

Em termos epistemológicos e metodológicos, Pereira (2014) ressalta a urgência de reelaborarmos através de novos objetos e métodos, as ações relacionadas à construção da população negra brasileira, principalmente no que se refere à educação, esfera que historicamente excluiu essa significativa parcela da sociedade.

Em um artigo publicado em 2015, mobilizando produções sociológicas sobre a relação entre raça, ascensão social e educação, adotando a história oral enquanto estratégia metodológica, Arilda Arboleya, Fernando Ciello e Simone Meucci, analisaram trajetórias de dois docentes negros e uma docente negra de universidades públicas brasileiras, suas estratégias e caminhos encontrados para enfrentar condições institucionalizadas de preconceito.

O texto, *“Educação para uma vida melhor”: trajetórias sociais de docentes negros*, inicia demarcando que apesar de a população brasileira ser majoritariamente negra, as universidades ainda são um ambiente essencialmente branco, fato que evidencia as barreiras estruturais e simbólicas que lardeiam a trajetória educacional de negras e negros, “[...] suas oportunidades de acesso à educação de qualidade, bem como as representações sociais do campo de possibilidades daqueles que ascendem num mundo branco” (Arboleya; Ciello; Meucci, 2015, p. 884).

As trajetórias abordadas no estudo, evidenciaram não apenas a marca da “[...] engenharia histórica de exclusão racial na sociedade brasileira, mas também os marcadores sociais que promovem uma diferenciação nos moldes de ascensão de pessoas negras em diferentes ambientes” (Arboleya; Ciello; Meucci, 2015, p. 908). Apesar de o número de casos analisados na pesquisa e a profundidade da análise sejam de certa forma limitados, eles possibilitam capturar as percepções sobre os dilemas sociais brasileiros intrínsecos às questões raciais, fornecendo elementos para reflexões a respeito do ambiente social intelectual onde tais trajetórias se constituem, “[...] expondo processos coletivos que integram o mosaico social contemporâneo, as linhas de sua compreensão e suas implicações”. (Arboleya; Ciello; Meucci, 2015, p. 908).

A tese de Maria Simone Euclides, intitulada *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas*, foi defendida em 2017, no Programa de Pós-graduação brasileira da Universidade Federal do Ceará, objetivou analisar a trajetória profissional de docentes negras e doutoras atuantes em universidades públicas do Ceará, buscando compreender se o racismo institucional e gênero interferem em suas trajetórias profissionais, e quais os desafios foram encontrados para se legitimarem no âmbito acadêmico e científico. Baseada em narrativas de nove professoras, a pesquisadora apresentou suas trajetórias, conquistas e desafios, apontando e denunciando as múltiplas facetas nas quais o racismo, preconceito e a discriminação racial transversalizam as trajetórias profissionais, seja no âmbito institucional ou nas relações interpessoais.

Euclides (2017) sustenta que apesar de tudo, a presença de docentes negras nesta academia branca, reelabora os cânones científicos, transformando este, em um espaço de afirmação e reconhecimento, o que dialoga com a nossa ideia de *desestabilização* elaborada pelas subjetividades de professoras negras na pós-gra-

duação, que reconhece a pluralidade de saberes e epistemologias, pois estando nas universidades, as docentes realizam um trabalho onde o individual é o coletivo, dentro de uma perspectiva de escolarização e educação antirracista.

A pesquisa de Euclides (2017), é uma referência pertinente para esse estudo, uma vez que contemplou narrativas de professoras negras acerca de suas trajetórias profissionais bem como conquistas e desafios vivenciados ao longo de suas respectivas travessias.

No decorrer da análise da empiria, a pesquisadora observou que o fato de as professoras ocuparem determinadas posições de prestígio no mercado de trabalho, não as isentou de sofrerem as mesmas violências vivenciadas pela maioria das mulheres negras que vivem na invisibilidade. Uma das docentes entrevistadas destacou que “[...] o racismo continua a existir mesmo que eu tenha uma ascensão social. Ascensão social não protege contra ao racismo” (Luiza Mahin, 2015).

Complementarmente às reflexões sobre a presença de professoras negras no corpo docente universitário, Azânia Mahian Romão Nogueira, em artigo publicado nos Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, realizado em 2017 em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, objetivou saber quantas são e onde estão as professoras negras da Universidade Federal de Santa Catarina. Intitulado *O lugar das professoras negras na Universidade de Santa Catarina*, o texto ressalta a inexistência de dados específicos sobre mulheres negras no corpo docente do Ensino Superior. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lócus da análise, dispunha apenas de dados referentes ao gênero e não a raça do corpo docente, contudo, a pesquisadora pode observar que professoras negras se concentravam nos cursos historicamente associados com a função social na sociedade patriarcal, do zelo e cuidado, como Letras e Pedagogia, mas também existem aquelas inseridas em espaços dominados por homens, como Física e Bioquímica.

Em um levantamento preliminar, mesmo sem os dados oficiais do número de professoras negras da UFSC, considerando o percentual de mulheres no estado de Santa Catarina (7,4%), Nogueira (2017) aponta que o número de professoras negras presentes na UFSC “[...] dificilmente alcançaria as 145 vagas necessárias para atingir a mesma proporção”. (Nogueira, 2017, p. 09).

As ações afirmativas, salienta a autora, eram restritas ao acesso para a graduação e o concurso público para docentes na UFSC não contava com nenhum tipo de ação afirmativa e reserva de vagas para negras (os). Apesar de a lei que reserva 20% das vagas para negras (os) nos concursos públicos federais, ser um mecanismo importante para ampliar o número de docentes negras no país, Nogueira (2017) frisa que para além de possibilitar a presença de docentes negras em espaços científicos, a transformação desses espaços é essencial.

Publicado no mesmo evento, há ainda o artigo Angela Cristina Cardoso de Brito, *Professoras negras na Universidade Federal da Bahia – UFBA: cor, status e desempenho*, que apresenta o processo de inserção das mulheres negras na docência do Ensino Superior na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa exploratória e documental, realizada nos currículos lattes, contatos telefônicos, e-mails e acesso a sites, apresentou dados parciais coletados dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social e mapeou 400 docentes brancas (os) e negras (os). Deste número, foram identificadas (os) 158 professores negros e somente 20 professoras negras. Nos cursos de Geografia, Filosofia e Ciências Sociais, de acordo com a autora, não havia docente negra.

Para Brito (2017), considerando as diversas áreas de produção de conhecimento, as trajetórias e a inserção de mulheres negras na docência no Ensino Superior não vêm sendo problematizada em termos de políticas educacionais equânimes. A pesquisa ressalta que ainda que seja possível observar a presença de negras e negros no ensino universitário e na docência no Ensino Superior, ainda pouco se sabe a respeito da inserção, participação e permanência da população negra nessa esfera.

O mapeamento realizado e as reflexões tecidas pela autora, indicam que “[...] o fosso é grande no que se refere às mulheres negras, em todos os cursos, com exceção dos cursos de pedagogia e de Serviço Social, as professoras negras ainda estão em desvantagem”. (Brito, 2017, p. 10).

Mapeando as possibilidades e fragilidades das ações-afirmativas em concursos públicos federais para docentes negras (os), Luiz Mello e Ubiratan Pereira Resende(2020), produziram uma análise acerca dos processos de implementação da reserva de vagas para candidatas (os) negras (os) nos concursos da carreira de magistério superior de 63 universidades federais das cinco regiões do Brasil, no período de 9 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2018, com base na Lei 12.990 de 2014, que reserva 20% das vagas de concursos públicos federais para candidatas (os) negras (os). Nos editais mapeados por Mello e Resende (2020), foi possível constatar que o percentual legal de 20% de reservada de vagas para a população negra está longe de ser atingido.

Vale lembrar que as ações-afirmativas em concursos públicos federais, decorrem diretamente do Estatuto da Igualdade Racial, que ainda enquanto Projeto de Lei propunha a reserva de vagas no serviço público para a população negra, o que acabou se diluindo no decorrer no processo de aprovação da Lei no Poder Legislativo⁸. (Ferreira, 2016; Caetano, 2017; Rodrigues, 2017).

8 Muitas discussões relacionadas as ações-afirmativas no serviço público foram travadas no Congresso Nacional e nesse sentido, destacamos o pioneirismo de Abdias do Nascimento, que em 1983, quando era então deputado federal, apresentou o Projeto de Lei nº 1.332, que propunha a reserva de 40% das vagas para a população negra na Administração Federal, considerando o censo demográfico do IBGE de 1980, que registrou 44,34% de negros e negras no Brasil. O projeto, entretanto, foi arquivado em 1987 sem conclusão. Em 1997, Abdias, como senador da república, propôs novamente a iniciativa, sob o Projeto de Lei do Senado nº 75/1997, considerado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) inconstitucional.

O artigo *Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade*, de Cristiane Barbosa Soares e Fabiane da Silva, publicado nos anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidades e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, realizado em 2018, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul, intencionou visibilizar o número de professoras negras do Ensino Superior dos *campi* da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), quantificando o número de docentes dos *campis* de Alegrete, Itaqui, São Borja e Uruguaiana, através de dados disponibilizados no site da universidade.

Num quadro de 434 docentes, o mapeamento inicial identificou que apenas 2,3% do corpo docente é composto por professoras negras, confirmando a hipótese de que “[...] o campo acadêmico ainda constitui-se como um espaço privilegiado, e, tal privilégio masculino e branco é defendido pelos sujeitos que atuam nesses espaços”. (Soares; Silva, 2018, p. 05). Através de políticas e estratégias disfarçadas de cânones acadêmicos, esses espaços criam instrumentos que beneficiam sujeitos considerados *adequados* para ocupar esses espaços.

Portanto, a presença de professoras negras, na docência do Ensino Superior e da pós-graduação, representa uma forma de *transgredir* as barreiras estruturais e institucionais, até mesmo as simbólicas e *invisíveis*, impostas pelas naturalizações históricas (Soares; Silva, 2018).

Defendida em 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a dissertação de Tatiane da Conceição Carneiro, analisou a trajetórias profissional de mulheres negras professoras doutoras que atuam na pós-graduação de universidade públicas do Rio de Janeiro. Sob o título *Mulheres Negras Professoras Doutoradas inseridas nos Cursos de Pós-Graduação em Educação e Relações Raciais: um olhar sobre o racismo institucional*, a pesquisa objetivou, através de entrevistas semiestruturadas, compreender a dinâmica do racismo das instituições de ensino, dialogando com as professoras negras doutoras no intuito de identificar quais os desafios encontrados por elas na docência da pós-graduação.

Carneiro (2019) buscou destacar a relevância das trajetórias de professoras negras no campo das pesquisas institucionais, investigando o perfil de docentes negras que atuam em cursos de pós-graduação em Educação e em Relações Raciais, resgatando um pouco das trajetórias percorridas até à docência, identificando na trajetória acadêmica e profissional, os preconceitos, discriminações, conflitos, dificuldades e conquistas nas relações entre trabalhos e vida familiar.

A pesquisadora entrevistou quatro professoras e apontou a existência de “[...] uma sub-representação das mulheres negras, atuando como docentes nos cursos de pós-graduação nas universidades públicas no estado do Rio de Janeiro”. (Carneiro, 2019, p. 23). Para evidenciar os caminhos e descaminhos ao longo das travessias das docentes entrevistadas, Carneiro (2019) realizou um levantamento de suas produções científicas por meio da Plataforma Lattes.

Os dados desse levantamento mostraram que das quatro docentes, em decorrências de dificuldades enfrentadas, apenas duas tiveram a oportunidade de cursar Graduação e Pós-graduação de forma linear e todas tiveram que, por algum motivo, descontinuar os estudos em algum momento de suas carreiras.

Além disso, Carneiro (2019) ressalta que boa parte das professoras negras, permanecem enfrentando dificuldades para acessar o espaço da docência no Ensino Superior e na Pós-graduação e quando conseguem, já estão com idade considerada *avançada*. As trajetórias analisadas pela pesquisadora foram marcadas por inúmeras dificuldades e situações adversas para ascensão profissional e social.

Contudo, a pesquisa além de evidenciar os caminhos e descaminhos, se propôs a enfatizar as lutas travadas pelas docentes, visibilizando o protagonismo de professoras negras na produção de conhecimento científico, estratégias que também serão mapeadas em nossa pesquisa, pois o conhecimento científico é uma estratégia e as professoras negras, ao ocuparem espaços ainda hegemonicamente brancos e masculinos, como a pós-graduação, vêm derrubando barreiras impostas para o reconhecimento de seus trabalhos como pesquisadoras.

A dissertação de Edicleia Lima de Oliveira, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, evidencia o triangulamento do mapeamento de docentes negras atuantes em cinco Universidades Federais do Centro-oeste brasileiro, com entrevistas semiestruturadas de sete professoras negras que atuam na Educação Superior e análise de conteúdo. A autora da perspectiva de que algumas mulheres negras vêm rompendo com as dificuldades impostas a elas e conquistando espaços que há muito tempo lhes foram negados.

Oliveira (2020) destaca que a presença das mulheres negras na docência da educação superior é um avanço e que suas trajetórias são profundamente marcadas pelo racismo e pela discriminação, por parte de alunos (as), colegas de trabalho e até mesmo da gestão. As professoras que colaboraram com a pesquisa, apontaram que suas capacidades intelectuais são sempre colocadas em xeque, fazendo com que tenham que provar a todo tempo que são capazes de exercer suas funções, ou seja, suas presenças *desestabilizadoras* mobilizam uma certa *visibilização perversa*.

A dissertação de Monique Karine Gomes, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, não possui autorização para divulgação. É possível acessar apenas o resumo, que infor-

ma que a pesquisa foi realizada com apoio do CNPq e objetivou analisar narrativas de mulheres negras, mestras e doutoras em Educação, os contextos de escolha da profissão e continuidade na docência.

O foco da análise foi a influência das relações entre raça e gênero na docência, com a pesquisa narrativa como metodologia, compreendida enquanto um caminho para o entendimento das experiências de cinco professoras negras. Os resultados da pesquisa indicam que a significação das experiências das docentes é permeada pela reflexão das relações étnico-raciais e de gênero durante seus percursos formativos (Gomes, 2021).

Defendida em novembro de 2021, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle de Canoas, a dissertação de Letícia Laureano dos Santos, debruçou-se nas histórias de vida de cinco professoras negras que atuam em programas de Pós-graduação de cinco regiões do Brasil.

A partir do lócus de enunciação, as narrativas das mulheres negras que compõem a pesquisa, são compreendidas como “[...] um privilégio epistemológico onde também se elabora um pensamento fronteiriço a partir de uma perspectiva não hegemônica”. (Santos, 2021, p. 73).

O processo de análise das narrativas, de acordo com Santos (2021), revelou uma dinâmica em comum entre mulheres e homens marcadas (os) pela diáspora, o que de certa forma, contribui para visibilizar o protagonismo, sobretudo, de professoras negras, que mesmo diante da negação do racismo, constroem e apontam caminhos para elaboração de outras possibilidades de existência, diversas e únicas.

Possíveis considerações finais

Este trabalho é um espaço para performar a subjetividade, para reconhecer mulheres negras, em particular, e pessoas negras em geral, como sujeitos desta sociedade – em todos os sentidos reais da palavra.

Metodologicamente, este estudo buscar entender, reconstruir e recuperar experiências de mulheres negras com o racismo em uma sociedade branca patriarcal [...].

(Grada Kilomba)

Essa breve revisão de literatura, possibilitou observar algumas questões que consideramos caminhos comuns com nossas abordagens teórico-metodológicas e algumas considerações que podemos avançar a partir e em diálogo com essas produções que se relacionam com o desenvolvimento de referencial acerca do conceito de identidade, história oral e entrevistas como método, uma vez que as reflexões tecidas correspondem a um recorte da revisão de literatura de uma pesquisa de doutoramento em Educação, que se debruça sobre as pedagogias *de*

e em resistência produzidas pelas *subjetividades desestabilizadoras* de professoras negras frente ao pacto narcísico da branquitude no espaço docente do Ensino Superior, especificamente da pós-graduação brasileira. Nessa revisão, as hipóteses foram consolidadas, bem como é possível reafirmar a dupla ausência de docentes negras nos espaços de pós-graduação.

As ações-afirmativas surgem como estratégia para promover a equidade racial e reafirmar a presença fundante das pessoas e comunidades negras na história da construção da nação e do povo brasileiro. Suas mãos negras são responsáveis pela riqueza do país, do ponto de vista econômico, intelectual, cultural e científico. Para reafirmar sua presença é preciso romper com as ausências percebidas pela revisão de literatura aqui sistematizada.

As instituições de Ensino Superior têm sido estruturadas com o conhecimento sendo utilizado em prol da manutenção da *supremacia branca* e em outras formas de dominação, o que nos obriga, de certa forma, a “[...] enfrentar a realidade de que a educação não é um processo neutro” (hooks, 2019, p. 142).

Buscar as diversas estratégias elaboradas pelas docentes negras é parte de nossos objetivos investigativos, por isso seguimos com duas considerações que nos levam a avançar na mobilização de dois conceitos para desenvolvimento da pesquisa a partir da revisão. A primeira delas é compreender como operam as *imagens desestabilizadoras*. Na produção de Reis (2012) consideramos a construção de redes de pertencimento ou de uma espécie de teia de interdependência construída entre os sujeitos, uma estratégia de operar através de “[...] uma prática educativa que contemple a educação como um direito garantido para a formação de homens e mulheres de várias etnias, classes sociais, culturas, religiões, ou quaisquer outros aspectos que os diferenciam dos outros” (Reis, 2012, p. 161).

Uma das hipóteses que levantamos nesse momento, a de que criar redes entre os pares, entre pessoas negras, parece ser uma estratégia que pode estar vinculada a construção de imagens, presenças ou ainda *subjetividades desestabilizadas*. Por fim, interessa identificar e compreender também como as docentes negras experimentam a *visibilidade perversa*. Na pesquisa de Pereira (2014) observamos e destacamos como os (as) docentes participantes do estudo reagiram para quebrar o silêncio que os submete a situações embaraçosas, que estratégias usaram, mas sobretudo que situações embaraçosas podem ser elencadas como próprias de uma visibilização perversa de suas ações acadêmicas.

Isso nos inspira a buscar estratégias de superação e evidências de ações de visibilidade perversa, próprias do racismo institucional ou melhor dizendo, da lógica da *supremacia branca*, que utiliza o conhecimento para reforçar e perpetuar a dominação, o que acaba por minar a ideia de liberdade acadêmica, mas é importante lembrar que

Nós também temos sido seduzidos pela falsa hipótese de que o objetivo da liberdade acadêmica é melhor cumprido por posturas de neutralidade política, por métodos de ensino que contradizem a realidade de que nossa própria escolha de tema, modo e estilo de representação incorpora significados ideológicos e políticos. [...] Isso é extremamente trágico. Tal comportamento não atende de modo algum ao interesse da liberdade acadêmica (hooks, 2019, p. 143-144).

Tais posturas apenas corroboram para a construção e perpetuação de uma realidade social onde triunfa a condescendência a uma norma de representação racista, masculina e branca, onde a diversidade e a diferença são constantemente atacadas e seu lugar e valores são negados. A liberdade acadêmica só é completamente realizada quando há diversidade de perspectiva intelectual e de representação. O racismo e suas consequências nefastas comprometem a realização desse ideal (hooks, 2019). Portanto, buscando não nos tornar cúmplices na perpetuação da dominação racial, valorizando a liberdade acadêmica, avançaremos trabalhando incessantemente para mapear e colaborar com a construção de redes de aprendizagem onde o exercício intelectual não seja balizado pela *supremacia ãobranca*.

Referências

- ARBOLEYA, Arilda; CIELLO, Fernando; MEUCCI, Simone. “Educação para uma vida melhor”: trajetórias sociais de docentes negros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 882-914. out./dez., 2015.
- BENTO, Maria Aparecida Santos. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento Humano. São Paulo, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.
- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- BRITO, Angela Cristina Cardoso de. Professoras negras na Universidade Federal da Bahia – UFBA: cor, status e desempenho. **Anais Eletrônicos**, Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017.
- CAETANO, Lázaro Danilo de Araújo. **Ativismo institucional em torno dos instrumentos de ação pública: os critérios de inclusão racial no serviço público federal**. 2017. 87f. Monografia (Curso de Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CARNEIRO, Tatiane da Conceição. **Mulheres Negras Professoras Doutoradas inseridas nos Cursos de Pós-Graduação em Educação e Relações Raciais: um olhar sobre o racismo institucional**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: www.aguaforte.com/antropologia/educarparaque.html. Acesso em: 10 mar. 2021.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2017.

FERREIRA, Gianmarco Loures. **Sub-representação legal nas ações afirmativas: a lei de cotas nos concursos públicos**. 2016. 222f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GOMES, Monique Karine. **Docentes negras, mestras e doutoras em educação: vozes erigidas, experiências narradas**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação – episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos federais para docentes e ações afirmativas para candidatos negros. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 8-28, jan./mar., 2020.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTTS, Alex. **Uma História Feita por Mãos Negras**. São Paulo: Zahar, 2021.

NOGUEIRA, Azânia Maria Romão. O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais Eletrônicos**, Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Edicleia Lima de. **Trajetórias e Identidades de Docentes Negras na Educação Superior**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

PEREIRA, Olga Maria Lima. **Docência negra em pelotas: um constante reinterpretar de silêncios**. Tese (Programa de Pós-graduação em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, 2014.

REIS, Maria da Conceição. Educação, identidade e histórias de vidas de pessoas negras do Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

RODRIGUES, Lilian Segnini. **Políticas públicas no combate à desigualdade racial: uma análise da implementação da Lei nº 12.990/2014 em uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SANTOS, Letícia Laureano dos. **Trilhando caminhos, semeando (re)encontros: professoras negras em programas de pós-graduação**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade La Salle, 2021.

SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamento ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção a carreira docente**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 2013. Disponível em: http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7020. Acesso em: 20 mai. 2022.

SILVA, Maria Nilza da. A mulher negra. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 22, mar., 2010. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SOARES, Cristiane Barbosa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade** – III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.